



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1470254 - MT (2019/0083711-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
AGRAVADO : MARCELO DIAS DE SOUZA
ADVOGADO : GIOVANE SANTIN - MT024541B

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. POSSE DE ARMAS DE FOGO E DE MUNIÇÕES DE USO PERMITIDO E DE USO RESTRITO. TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO. RENOVAÇÃO DA INTIMAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. MESMO CONTEXTO FÁTICO. CONCURSO FORMAL. PRECEDENTES. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE O RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO contra decisão do Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República (Revisão Criminal n.º 1007622-09.2018.8.11.0000).

Consta nos autos que o Agravante foi condenado como incurso no art. 12, *caput*, e no art. 16, parágrafo único, inciso IV, ambos da Lei n.º. 10.826/20, em concurso material, às penas de 3 (três) anos de reclusão e 1 (um) ano e 8 (oito) meses de detenção, ambas em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 40 (quarenta) dias-multa (fls. 90-100).

Após o trânsito em julgado da condenação, a Defesa ajuizou revisão criminal, que foi julgada parcialmente procedente pelo Tribunal de origem para reconhecer o concurso formal entre os delitos e, por consequência, readequar a pena imposta ao patamar de 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e 12 (doze) dias-multa, substituída a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos (fls. 135-147).

Nas razões do recurso especial, o *Parquet* aponta ofensa aos arts. 69 e 70 do Código Penal, pois "*o concurso material no caso ficou evidenciado, posto que o recorrido praticou duas ou mais ações de possuir e manter sob sua guarda armas e munições de uso permitido e de uso restrito, praticando dois crimes com desígnios autônomos, inclusive*" (fl. 157).

O recurso especial não foi admitido pelo Tribunal de origem em razão do óbice da Súmula n.º 83 desta Corte Superior (fls. 174-176).

Interposto o agravo em recurso especial (fls. 181-186), a parte contrária apresentou

contrarrazões (fls. 191-192), na qual suscitou preliminar de intempestividade do agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do agravo e pelo provimento do recurso especial (fls. 216-220).

É o relatório. Decido.

De início, rejeito a preliminar defensiva de intempestividade do agravo, pois a secretaria do Tribunal de origem, de ofício, promoveu nova intimação do Recorrente acerca da decisão agravada, aplicando-se ao caso o entendimento de que "*a republicação de decisão judicial, ainda que por equívoco, renova o prazo recursal*" (AgInt no AREsp 414.105/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 06/02/2017, sem grifos no original).

De outra parte, verifico que o Agravante impugnou especificamente os fundamentos da decisão agravada, razão pela qual passo ao exame do recurso especial.

No caso, a Corte de origem decidiu que "*havendo apreensão de armas e/ou munições de uso permitido e de uso restrito no mesmo contexto fático [locais próximos, no âmbito da mesma investigação criminal, e nas mesmas circunstâncias de tempo], deve ser aplicada a regra do concurso formal descrita no art. 70 do CP*" (fl. 147, sem grifos no original).

Com efeito, o entendimento adotado no acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, que orienta no sentido de que "*as condutas de possuir arma de fogo e munições de uso permitido e de uso restrito, apreendidas em um mesmo contexto fático, configuram concurso formal de delitos*" (HC 467.756/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 06/05/2019, sem grifos no original).

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. INAPLICABILIDADE. JULGADO QUE NÃO REVOLVEU MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 70 DO CP; 14 E 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, AMBOS DA LEI N. 10.826/2003. PORTE ILEGAL DE ARMAS DE FOGO, DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO E DE ACESSÓRIO DE USO RESTRITO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. MANUTENÇÃO DO AFASTAMENTO QUE SE IMPÕE. BENS JURÍDICOS DISTINTOS. CONCURSO FORMAL. APLICABILIDADE.

[...]

5. As condutas de possuir arma de fogo e munições de uso permitido e de uso restrito, apreendidas em um mesmo contexto fático, configuram concurso formal de delitos. [...] O art. 16, do Estatuto do Desarmamento, além da paz e segurança públicas, também protege a seriedade dos cadastros do Sistema Nacional de Armas, sendo inviável o reconhecimento de crime único, pois há lesão a bens jurídicos diversos. Também não é adequada a aplicação da regra do concurso material ou do concurso formal impróprio, não havendo a demonstração da existência de desígnios autônomos. (HC n. 467.756/RJ, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 6/5/2019).

6. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1.825.695/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 16/03/2020, sem grifos no original).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO ENTRE

OS DELITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 14 E 16 DA LEI N. 10.826/03. CONSUNÇÃO.IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO CONCURSO FORMAL. DECISÃO RECORRIDA FUNDADA EM ENTENDIMENTO ATUAL. APLICABILIDADE DA SÚMULA 568/STJ.

I - O entendimento exarado pelo eg. Tribunal de origem, que aplicou o princípio da consunção entre os delitos dos arts. 14 e 16 da Lei 10.826/03, diverge da orientação firmada por esta Corte, segundo a qual "[a] prática, em um mesmo contexto fático, dos delitos tipificados nos artigos 14 e 16 da Lei n. 10.826/2003, configuram diferentes crimes porque descrevem ações distintas, com lesões à bens jurídicos diversos, devendo ser somados em concurso formal" (AgRg no REsp n. 1.588.298/MG, Sexta Turma, Rel.^a Min.^a Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 12/5/2016).

II - Não há de se cogitar de jurisprudência oscilante, quando a parte indica precedentes, em sentido contrário, que não se aplicam ao caso dos autos ou se encontram superados pelo entendimento atual desta Corte.

Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.682.928/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 14/09/2017, DJe 25/09/2017, sem grifos no original).

Ademais, a Corte estadual, após abrangente análise de todas as peculiaridades fáticas do caso, rechaçou a tese de desígnios autônomos e concluiu que *"inobstante as apreensões das armas e munições tenham ocorrido em dois endereços, a proximidade dos locais [200 metros] permite concluir que foram realizadas no mesmo contexto fático"* (fl. 141).

Desse modo, a reversão da conclusão exarada pela instância ordinária acerca do enquadramento das condutas em um mesmo contexto fático exigiria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula n.º 7/STJ.

Confira-se, a esse respeito, *mutatis mutandis*:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBOS CIRCUNSTANCIADOS. CONTINUIDADE DELITIVA. REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS. PRESENÇA. VERIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.º 7 DO STJ. ILEGALIDADE FLAGRANTE. ROUBO E CORRUPÇÃO DE MENORES PRATICADOS NO MESMO CONTEXTO FÁTICO. CONCURSO FORMAL CARACTERIZADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO, DE OFÍCIO.

1. A Corte a quo entendeu estarem presentes todos os requisitos subjetivos e objetivos para o reconhecimento da continuidade delitiva entre os crimes de roubo imputados ao Agravado. Para rever a conclusão, seria necessário o reexame de matéria fático-probatória, inviável em recurso especial, nos termos da Súmula n.º 7 do STJ.

2. Valorar provas é dizer se determinado meio probatório é juridicamente apto para demonstrar a ocorrência de determinado evento, como, por exemplo, a discussão acerca da possibilidade de prova exclusivamente testemunhal comprovar a qualificadora do rompimento de obstáculo no delito de furto.

3. O que se pretende no recurso especial é que esta Corte Superior verifique se, no caso concreto, estariam presentes os requisitos objetivo e subjetivo para o reconhecimento da continuidade delitiva, o que é nítido reexame do acervo probatório, vedado nesta via recursal, nos termos da Súmula n.º 7 do STJ.

4. Esta Corte Superior firmou sua compreensão no sentido de que 'deve ser reconhecido o concurso formal entre os delitos de roubo e corrupção de menores (art. 70, primeira parte, do CP) na hipótese em que, mediante uma única ação, o réu praticou ambos os delitos, tendo a corrupção de menores se dado em razão da prática

do delito patrimonial' (REsp 1.719.489/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018).

5. *Agravo regimental desprovido. Habeas corpus concedido, de ofício.*" (AgInt no AREsp 1.595.833/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 17/02/2020, sem grifos no original).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. CONTINUIDADE DELITIVA. DESCONSTITUIÇÃO. ANÁLISE PROBATÓRIA. LAPSO SUPERIOR A 30 DIAS. POSSIBILIDADE. AFERIÇÃO DOS REQUISITOS. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Para desconstituir a conclusão do acórdão recorrido, a fim de afastar o crime continuado, reconhecendo o concurso material de crimes, seria necessário realizar acurado cotejo do arcabouço probatório, o que é inviável nesta sede recursal.

2. 'Inexistindo previsão legal expressa a respeito do intervalo temporal necessário ao reconhecimento da continuidade delitiva, presentes os demais requisitos da ficção jurídica, não se mostra razoável afastá-la, apenas pelo fato de o intervalo ter ultrapassado 30 dias' (AgRg no AREsp 531.930/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 3/2/2015, DJe 13/2/2015).

3. Concluído as instâncias ordinárias, a partir dos elementos fático-probatórios, que, no caso concreto, houve a caracterização do delito continuado, com a relativização do trintídio temporal, não cabe a revisão de tal conclusão, sob pena de ofensa à Súmula 7/STJ.

4. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no REsp 1.501.820/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018, sem grifos no original).

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora